

A URBANIZAÇÃO MATO-GROSSENSE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA RELAÇÃO URBANO – RURAL

Doriane Azevedo¹

Introdução

Nos ensaios elaborados a partir dos estudos sobre a Rede Urbana do Estado de Mato Grosso, muitas discussões afloraram, sendo a principal delas o processo de Urbanização. Atualmente, é inquestionável o conflito existente sobre o território mato-grossense que, com altas taxas de urbanização, vê sua imagem vinculada, principalmente, à produção agrária.

Outra questão reside no fato de que, a partir da Revolução Industrial, a industrialização, considerada o vetor essencial no processo de urbanização, não se estabelece em Mato Grosso, que conhece este processo mais de perto quando da implantação de políticas públicas impregnadas de intenções de “integração dos espaços vazios do Centro-Oeste e Norte do país” às outras regiões – nacionais e internacionais – a partir da década de 1970, que incentivaram a produção agro-exportadora (Abreu, 2001).

A começar deste período, o estado é salpicado por pequenos núcleos urbanos – funcionando quase que somente como pontos de apoio para a produção agrícola, cambiando o uso do território, facilitado principalmente pelos eixos estruturantes, por exemplo, as rodovias; assim, estes núcleos caracterizam-se, hoje, basicamente como cidades pequenas.

Em muitos debates, porém, questiona-se a escala destas cidades e que importância teriam dentro da Rede Urbana Brasileira. Núcleos que muitas vezes se assemelham a vilarejos, às vezes, apenas com a mínima infra-estrutura de suporte para seu espaço rural, outras tão dinâmicas e já incorporadas ao mercado global, situação resultante da relação com o espaço rural, agora com novas e modernas características (Piras&Silva; 2003; Arruda&Rodrigues, 2003).

¹ Arqº e Urbanista - Mestranda FAU/USP
dorazevedo@uol.com.br

Assim, discussões giram em torno da urbanização brasileira e, conseqüentemente, da mato-grossense. Dos parâmetros estatísticos que desqualificam as pesquisas sobre este processo e não convencem muitos pesquisadores, questiona-se o fato de o país apresentar mais de 80% de urbanização (Veiga, 2003). Contudo, as novas proposições apresentadas são tão mais quantitativas que as utilizadas pelos próprios órgãos oficiais, pois se apegam por exemplo, de forma demasiada, ao parâmetro demográfico.

As cidades de Mato Grosso – com baixas taxas de densidade demográfica e assentadas, essencialmente, nas atividades agrícolas, em sua maioria seriam, nessa lógica, pequenas aglomerações de apoio ao espaço rural, negando seu aspecto urbano.

Deste modo, torna-se necessário verificar a realidade mato-grossense a partir do destaque de alguns acontecimentos. Também, é propósito esclarecer, sucintamente, como, ao longo do tempo, se sucedeu a relação entre o espaço urbano e o espaço rural, para uma possível compreensão do hoje, além de buscar um entendimento sobre o conceito de urbanização (no Brasil).

Fatos (Mato-grossenses) : a fragmentação do território

Desde o início de sua ocupação no período colonial, o espaço mato-grossense esteve à mercê das ações de planejamento – da Coroa Portuguesa até os dias atuais. Mas é com os programas de desenvolvimento implementados pelos governos militares, através de suas Superintendências de Desenvolvimento, que Mato Grosso inicia processo acelerado de urbanização (Abreu, 2001; Souza&Bonfanti, 2003).

Contudo, o processo de urbanização de Mato Grosso – a partir da década de 1970 – não está ligado à industrialização – considerado como elemento fundamental neste processo – mas à ocupação do campo, cuja atividade principal é agrícola, utilizando-se de todo o aparato tecnológico existente e desenvolvido posteriormente e, com isso, ocorre o surgimento e expansão de pequenos núcleos urbanos, mais tarde transformadas em (pequenas) cidades: os municípios mato-grossenses.

Em Mato Grosso, muitos núcleos são constituídos a partir deste momento. De apenas 38 municípios – quando da divisão do estado em 1977 – salta para 53 no final desta década e, no encerramento de 1980, já são 96 municípios. No último censo de 2000 são catalogados 142 municípios.

Considera-se que a uniformização de “cidade” e “vila” como espaços urbanos, sem considerar seus aspectos estruturais ou funcionais, tem se apresentado como uma das

situações responsáveis pelas emancipações indiscriminadas que acontecem no território brasileiro. Essa situação reflete, entre outras coisas, um processo de fragmentação do território por interesses políticos – divisão de poder – ou mesmo por interesses empresariais, conseguindo, assim, autonomia para administrar determinada porção do território.

Gonçalves&Costa abordam sobre uma confusão conceitual e a utilização de dados meramente estatísticos para se analisar os pequenos núcleos urbanos com graves problemas sociais. Situação comum na realidade brasileira, uma vez que “a produção de conhecimento sobre as pequenas cidades esteve dificultada tanto à nível empírico, quanto (e sobretudo), à nível teórico”, configurando-se uma delimitação real do seu caráter urbano que deveriam, também, considerar as dimensões continentais e as diferentes dinâmicas regionais (Gonçalves&Costa, 2001). O caso de Mato Grosso, inclusive, apesar da atividade predominante abrigada pelos seus municípios ser a agrícola, alardeia-se a presença de um caráter urbano em suas cidades.

Mesmo em áreas onde a principal atividade econômica é a agropecuária, a cidade detém a hegemonia dos serviços que sustentam a atividade. Desde o fornecimento de sementes, insumos, maquinários até a armazenagem, estocagem e comercialização/negociação dos produtos. Assim torna-se um centro que irradia ações em escala local, regional, nacional e global. Também merece destaque o uso da tecnologia no campo, fazendo com que o excedente de trabalhadores, os “despreparados” e os “excluídos” se desloquem para os centros urbanos (Souza&Bonfanti, 2003:2).

Por meio dos programas de incentivos regionais foram construídas rodovias que permitiram a existência dos variados fluxos – dos migrantes, das mercadorias - para abastecer o estado de Mato Grosso ou os compromissos de exportação com o mercado externo. Deste modo, é a aliança entre o Estado com incentivos fiscais e ações de planejamento – que visavam atingir objetivos geopolíticos e sociais – e o capital nacional e internacional que incrementa os empreendimentos de colonização – em sua maioria privados – no Centro-Oeste, atraindo população de outras regiões brasileiras (Abreu,2001; Arruda&Rodrigues, 2003; Bonfatti, 2003).

Nas décadas de 70/80,[...] apresentou crescimento populacional significativo, em decorrência da implantação de núcleos de colonização dirigida (oficiais e principalmente, privados), para os quais acorreram intensos fluxos migratórios, originários em grande parte da Região Sul

do país. Portanto, observa-se existência de um sistema urbano ainda em formação, cujos principais centros constituem ex-núcleos de colonização da década de 70, que registraram acelerado crescimento econômico e populacional, tendo em vista o papel desempenhado no apoio às atividades produtivas e na prestação de serviços básicos às populações de sua área de influência imediata (Arruda&Rodrigues, 2003:1-2).

Várias microrregiões do estado se destacam pelo crescimento decorrente destas políticas, sendo mais representativa toda a porção do médio-norte, dirigindo-se mais ao norte. Pequenos núcleos de colonização privada como SINOP, Vera, Sorriso, Alta Floresta, Tangará da Serra, Sapezal, Campo Novo do Parecis, entre muitos outros municípios², alguns despontando como pólos de sua região. Deste modo, o processo de urbanização no estado é oficialmente estimulado, como estratégia de ocupação, controle e incorporação da fronteira nesse espaço, que

[...] não é só para cultivo, venda ou aluguel, mas também usado para a construção de núcleos urbanos. Nesse contexto, os espaços são simulados, e os territórios apropriados e transformados. Viabilizadas pela técnica e poder, as cidades são inventadas, fabricadas e seus espaços comercializados. A nova ordem instalada nesses espaços, considerados como fronteira agrícola mato-grossense agressiva, incorporando fatores econômicos modernos, de essência capitalista, terminou por gerar o seu próprio modelo de cidades, com as qualidades e defeitos sob os quais elas foram cunhadas (*op. cit. pg. 2*).

As cidades, algumas resultado de núcleos de colonização, registram os mais altos índices de crescimento populacional e econômico, desempenhando papel de apoio às atividades produtivas e serviços básicos à população.

As cidades são produzidas para serem *locus* da regulação do que faz no campo, assegurando a nova ordem imposta pelo novo modelo de divisão do trabalho agrícola, e já nascendo com um conteúdo e uma finalidade econômica: prestadoras de serviços, concentradoras da renda fundiária e constituinte de uma mão-de-obra imprescindível à sustentação do núcleo urbano e à atividade econômica predominante: a

² Sobre o processo de colonização de Alta Floresta, ver o trabalho de GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEM,

agricultura modernizada, o extrativismo vegetal ou mineral. Desse modo, o campo é que passa a comandar a vida econômica e social do sistema urbano (*op. cit. pg. 2*).

Muitos são os sinais da modernidade no campo, sempre ressaltando essa complementaridade entre urbano e rural, pois cada uma carrega os elementos da outra. O espaço urbano exhibe as instalações agroindustriais (silos, armazéns, etc...), as lojas voltadas para os produtos agrícolas (defensivos, tratores) abrigam os espaços das feiras agro-pecuárias e, toda a tecnologia que possa facilitar e imprimir um novo modo de vida rural (tratores, computadores, antenas parabólicas) (*op. cit. pg. 2*).

Desde o processo inicial de produção espacial na fronteira agrícola, existe uma inter relação entre o mundo rural e o mundo urbano, caracterizado por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. As remodelações que se impõem, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, não se fazem de forma diferente quanto a esses três dados: ciência, tecnologia e informação. (Santos apud Arruda&Rodrigues, 2003:2-3)

O espaço rural mato-grossense, que já nasce diferenciado, sente os efeitos do agronegócio: “Tal realidade faz com que exista um grande efeito multiplicador do crescimento da renda no campo sobre a indústria e os serviços, refletindo em novas espacialidades na cidade. Por exemplo, alicerçado no agronegócio, o PIB de Sorriso, uma das cidades “novas” que compõem o Norte Mato-grossense, cresceu em 32% em 2001”(Arruda&Rodrigues, 2003:5).

Mas o agronegócio também leva à degradação ambiental, tanto com a utilização de monoculturas e de químicas para a correção da acidez do solo, característico do cerrado, como com o uso dos defensivos agrícolas. Além disso, a estrutura fundiária, baseada na grande propriedade, leva a uma concentração de terras pelas classes dominantes.

Pode-se citar, como exemplo, o caso de Sapezal, cidade constituída pelo capital privado – Grupo Maggi – ligada diretamente à ordem global mas totalmente excludente, impedindo a “entrada dos problemas sociais” (Silva, 2003: 199-205).

2002 e sobre o surgimento de Sapezal, encontram-se registros em SILVA, Carlos Alberto Franco da. Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira agrícola. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

Nestes breves exemplos, verifica-se a dinâmica social estabelecida no território mato-grossense. Alimentadas anteriormente por intensas políticas públicas territoriais que orientaram os investimentos na produção agrícola do estado, baseadas no uso de grandes propriedades e de avançadas tecnologias, proporcionam não apenas uma reconfiguração da imagem do espaço rural, como interferem diretamente na produção do espaço urbano.

Observa-se, na profusão de acontecimentos que ocorrem em Mato Grosso, que tanto o espaço rural quanto o espaço urbano apresentam-se de forma diferenciada da conhecida em tempo anterior e, assim, torna-se premente ponderar conceitualmente sobre estes espaços.

Construção de um juízo – o Espaço Rural e o Espaço Urbano

O espaço rural, com sua base espacial na paisagem natural, apresentou-se, secularmente, como uma relação complementar, de contraposição ou até mesmo simbiótica com o espaço urbano (Ferrão, 2000:123). É em busca de entender o espaço rural, comumente relacionado apenas à produção agrária, relegando suas outras características, que retomamos a pesquisa de João Ferrão com a seguinte reflexão:

Historicamente, o mundo rural destaca-se por se organizar em torno de uma tetralogia de aspectos bem conhecida: uma função principal: a produção de alimentos; uma atividade econômica dominante: a agricultura; um grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; um tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas (*op. cit. pg. 123*).

Várias foram as etapas de entendimento do espaço rural e, conseqüentemente, do urbano. Na história, muitas vezes o campo e a cidade estiveram em pólos extremos, seja como um espaço que representava o atraso, ou onde se encontrava a “salvação da humanidade”, conservando valores naturais e se contrapondo à imagem artificial da cidade.

[...] Afirmou-se as qualidades do campo para negar as da cidade. Negou-se as qualidades da cidade para afirmar as do campo. A cidade era o centro, o novo e a liberdade, porque o campo significava o passado, o velho e a prisão a valores arcaicos. O campo representava a harmonia, a tranqüilidade e a inocência, porque a cidade significava o caos, o barulho e a perversidade. Complementavam-se, pois funcionavam como fugas para ambas realidades. A monotonia e o

atraso do campo poderia ser vencido pelo contato com a cidade, da mesma forma que caos (*sic*) das cidades seria solucionado pela fuga ao campo (Bagli, 2003:6).

Mas, como tanto o campo quanto a cidade são construções humanas e se inserem respectivamente no espaço rural e no urbano, não são imutáveis e homogêneos. As mudanças que ocorrem nestes espaços ocorrem apenas em escalas diferentes de tempo – e o tempo lento do campo que, da imagem ligada ao atraso no modo de produção feudal se estabelece, posteriormente, como o refúgio da agitação das cidades e, atualmente, como o *locus* onde se observa a utilização de grandes inovações tecnológicas (Marques, 2002; Bagli, 2003). A mesma cidade – com seu tempo rápido - tornou-se “representante da criação emancipadora, do novo, do futuro” (Bagli, 2003: 3).

Da Revolução Industrial, no século XVIII, emerge uma nova sociedade urbano-industrial e, conseqüentemente, as áreas rurais perdem a centralidade econômica, social e simbólica, identificadas como atrasadas em comparação com o progresso que se encontra nas cidades – o urbano (Ferrão, 2000:124).

É também durante a mesma Revolução que a problemática das cidades acontece com a incapacidade de implantação de infra-estrutura para receber este grande contingente populacional vindo do campo.

[...] O modo de vida rural passou a ser visto como sinônimo de harmonia, de intrínseca relação entre homem e natureza. Lócus das virtudes. Em contraposição, a vida nas cidades foi relacionada ao caos, a degradação e a decadência. Lócus dos vícios (ambição, devassidão, roubo), dos problemas sociais (desigualdades e miséria) e ambientais (poluição sonora, atmosférica e hídrica) (Bagli, 2003:5).

Todavia, a partir da década de 1950, o desenvolvimento tecnológico atinge o campo, imprimindo mudanças no espaço rural.

A industrialização da agricultura, final da 2ª Guerra Mundial, veio introduzir uma nova inflexão importante - o mundo rural moderno e o mundo rural tradicional. Pela primeira vez na história da humanidade, a oposição rural-urbano começa a não ser vista como a mais decisiva, na medida em que a modernidade deixa de constituir um exclusivo das áreas urbanas (Ferrão, 2000:2).

Deste modo, encontramos o mundo moderno tanto no urbano-industrial quanto no rural, assim como o mundo arcaico que continua ligado a alguns espaços rurais, também existem em determinados contextos urbanos. Além do mais, existe a invenção de nova realidade para o mundo rural e a flexibilização de suas características – a sua função principal não é somente a produção de alimentos, e a atividade predominante deixa de ser a agrícola (Ferrão, 2000; Marques, 2002).

Ferrão continua sua análise, entendendo que “a valorização da dimensão não agrícola do mundo rural é socialmente construída a partir da idéia de patrimônio”. Com isso, verificam-se três tendências que convergem para um único sentido: 1 - o movimento de “*renaturalização*”, baseado na conservação e proteção da natureza, na esfera do debate sobre os processos de desenvolvimento sustentável; 2 - procura de *autenticidade*, buscando a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais; 3 - a *mercantilização das paisagens*, “[...] como resposta à rápida expansão de novas práticas de consumo decorrentes do aumento dos tempos livres (*sic*), da melhoria do nível de vida de importantes segmentos da população e, como conseqüência, da valorização das atividades de turismo e lazer” (Ferrão, 2000:125).

Numa outra visão discutida sobre os espaços rurais, entre outros estudiosos, por Marques (2002), Ferrão (2000), Castilho&Ferreira (2003), Blume (2003), observam-se nas novas práticas encontradas neste espaço – “oportunidades de trabalho não somente no setor primário, mas como prestadores de serviços, no âmbito do turismo ecológico, chácaras de lazer, pesque e pague, entre outras, que estão se constituindo em alternativas viáveis para o futuro do rural”(Blume, 2003: 6-7).

A relação Urbano/Rural hoje

Os atritos com relação aos critérios brasileiros para se classificar seus espaços em rural ou em urbano são severamente questionados – se quantitativos, se qualitativos. Contudo, as relações rural-urbano estão cambiando – de forma geral – mesmo em nossas políticas, embora essas mudanças não se reflitam de forma clara.

Como demonstra Ferrão (2000), atualmente os espaços integrados às áreas de influência das grandes cidades não coincidem com a “dicotomia urbano-rural”, os espaços urbanos incluem desde as áreas estritamente urbanas às rurais não agrícolas, mas todos articulados “sistematicamente” entre si – de maneira conflituosa, prejudicando patrimônios urbanos, por exemplo, ou de forma cooperativa, recuperando os espaços verdes ou construídos de modo tradicional, “recuperando-se, nestes últimos, algumas componentes da complementaridade que caracterizou a relação tradicional urbano-rural”.

Já nos espaços rurais, com as iniciativas do turismo (rural ou ecológico), a população, que depende da pluriatividade para complementar sua renda e até mesmo possibilitar sua permanência no campo, vê o seu destino ser traçado nas discussões na “sede urbana”. Desta forma, João Ferrão (2000) questiona: “[...] Se contra fatos não há argumentos, então a questão a colocar parece ser a seguinte: como gerir a procura e a oferta urbanas a favor dos vários mundos rurais?” (*op. cit.* pg. 126).

Quiçá sejam nas reflexões de Marta Inez Medeiros Marques que se possa encontrar algum norte para responder a esta indagação, pois sugere que se deve

[...] pensar o espaço rural não apenas a partir de sua funcionalidade econômica à sociedade urbana hoje estruturada, mas a partir de um esforço no sentido de identificar a contribuição que um “novo” rural possa dar para a transformação de nossa sociedade. [...]

A discussão sobre a construção de um “novo” espaço rural é uma condição fundamental para que se possa repensar o nosso urbano, na medida em que o significado proposto para a ruralidade deve comportar uma crítica à sociedade que transformou o homem e a terra em mercadorias e, portanto, ao processo de alienação que lhe é subjacente (Marques, 2002: 110).

E assim, as considerações da pesquisadora Ana Fani a qual acredita que no Brasil, a sociedade urbana não transforma o campo em cidade, mas redefine a antiga contradição, articulando o rural ao urbano de um “outro modo”. Acrescenta, ainda que o “[...] processo de urbanização não se mede por indicadores referentes ou derivados do aumento da taxa anual de crescimento da população urbana, e muito menos pela estrita delimitação do que seria “urbano ou rural” [...]” (Carlo, 2004:130), e por isso, é necessário entender qual “o conteúdo do processo de urbanização, hoje, e quais as estratégias que apóiam o processo de reprodução continuada da cidade e do campo – nos planos econômico, político, e social.” (*op. cit.* pg.136).

Em busca de um conteúdo: o processo de urbanização

Este processo de urbanização é entendido por Nestor Goulart Reis Filho (Medrano, 1997:9) como um fenômeno mundial antigo, próximo dos dez mil anos, pois é no momento em que uma aglomeração deixa de produzir diretamente o seu próprio alimento, desenvolvendo outras tarefas, que surge um núcleo urbano.

A partir deste momento, a relação urbana e rural evidencia-se e várias cidades surgem com suas peculiaridades em momentos históricos diferentes. Primeiro, as cidades gregas – continuidade entre o rural e o urbano, onde seus moradores tinham residência tanto no espaço urbano – *civitas* - como no espaço rural – *rurs*³. Depois, as cidades medievo-renascentistas – com a contraposição dos espaços urbano e rural, representado pelo espaço político medieval, dentro da ordem feudal.

Assim, as cidades européias vão se desenvolvendo e consolidando a sua rede urbana. Neste período do Renascimento, houve as descobertas das terras do continente americano – destaca-se o caso do Brasil como uma grande retaguarda rural para o continente europeu, com o fornecimento de madeira de lei e, posteriormente, a produção de açúcar.

[...] os engenhos concentravam praticamente todas as atividades de produção e subsistência. As vilas existiam apenas para intermediar a exportação do açúcar, e por isso mesmo ficavam a maior parte do tempo vazias. [...] Como estabelecer neste caso uma relação urbano-rural, se havia uma produção agrícola intensa e inexistiam núcleos urbanos importantes? A resposta para isso só é possível se for estabelecida a ligação com a rede urbana européia. O Brasil era uma espécie de retaguarda rural das cidades da Europa. A produção agrícola daqui era destinada às pessoas que habitavam os núcleos urbanos europeus. Isto deixa bem clara a necessidade de se tratar a sociedade no seu conjunto (*op. cit. pg 21*).

Este período da história brasileira termina ao se separar o reino de Portugal do reino da Espanha. O Brasil, que desempenha o papel de espaço rural da metrópole, recebe o influxo da política centralizadora portuguesa, desenvolvida *a posteriori*, principalmente pelos pensamentos iluministas do Marquês de Pombal. A partir de então, há um investimento maior na colônia, sobretudo nas cidades, que agora abrigam, inclusive, representantes do Poder Real, tanto que,

[...] pela atuação de um novo tipo de profissionais e pela concentração das pessoas nas cidades, com o conseqüente aumento do controle político, bem como da arrecadação de impostos. O Brasil deixa de ser exclusivamente uma retaguarda rural, passando a incorporar uma

³ De acordo com o pensamento grego, na divisão dos espaços existia ainda o *ars* – o espaço da acrópole, ligado à questão do saber – o templo.

incipiente sociedade urbana, formada entre outros por gente de ofícios, comerciantes e funcionários públicos (*op. cit.* pg. 26).

Com a descoberta das minas no interior do país, para elas foram atraídas tanto os portugueses como a população da costa brasileira. Deste modo, a Coroa, deste modo, reavalia o potencial da colônia, desenvolvendo ações de controle, com destaque para de criação de novos núcleos urbanos ou até mesmo a aceitação de núcleos que surgiram das ações dos bandeirantes e da exploração mineral (Delson, 1987). Nas áreas de mineração

[...] os novos núcleos urbanos têm uma forma de vida muito diferente da existente nas vilas e cidades do período anterior. Agora tudo gira em torno da mineração, e como praticamente nada é produzido no local, surgem novos problemas a resolver, como os suprimentos e os transportes (Medrano, 1997:27).

É neste momento que Mato Grosso – durante o período colonial – inicia a sua ocupação. Inicialmente, Cuiabá, com as suas minas de ouro e abastecida pelos caminhos fluviais – navegação do Rio Paraguai até o Rio Tietê em São Paulo – e terrestre, através da ligação por Goiás. Mais tarde, a Coroa Portuguesa projetaria e implantaria Vila Bela da Santíssima Trindade, em contraposição com a desordenada Cuiabá mas, antes disso,

[...] Cuiabá era a única aglomeração urbana de toda região oeste. Nessas condições, os portugueses enfrentavam um dilema complicado: ou a diminuta aglomeração de Cuiabá deveria ser reconhecida como centro administrativo, ou então seria preciso construir uma nova vila. Como a coroa estava desejosa de controlar o fluxo de ouro dessa zona recém-aberta, e como o custo da constituição e aparelhamento de uma equipe para construir uma nova comunidade nessa região remota teria sido exorbitante, os portugueses viram-se obrigados a aceitar a urbanização nas condições dos bandeirantes, finalmente elevando devidamente o povoado à condição de vila (Delson, 1987:29-30).

No Império, deixa de existir uma “política urbanizadora centralizada”. O tráfego negreiro vinha se esvaindo, e o capital utilizado para este fim é redirecionado em atividades urbanas. Os proprietários rurais investem no café e avançam a fronteira agrícola. Surgem novos núcleos e se aumenta a intensidade da vida urbana (Medrano, 1997:32-34).

Desta maneira, criam-se as condições para a passagem política da Monarquia para a República – com um processo de urbanização que se caracteriza pela concentração

populacional e da produção em algumas cidades. Inicia-se, no país, o êxodo rural para os centros urbanos, e os fluxos migratórios estrangeiros (europeus). Neste cenário, na década de 1930, estabelece-se que toda sede municipal (cidade) e distrital (vila) são consideradas urbanas e se inicia uma avaliação meramente quantitativa no Brasil (Marques, 2002; Veiga, 2003). Contudo, o processo de urbanização acontece no contexto geral da sociedade e não apenas em dados estatísticos.

Entretanto, é no final da década de 1960 – no regime militar – com as políticas desenvolvimentistas, que o país sente os efeitos de três movimentos: 1- a explosão demográfica; 2 – a explosão urbana e, 3 – a explosão metropolitana. Assim, destaca-se que “o processo de urbanização não é linear, pelo contrário, em geral há inúmeros movimentos simultâneos, que são o resultado do projeto de diferentes grupos sociais[...]” (Medrano, 1997: 50).

As mudanças são sentidas na escala do território brasileiro – uma inversão de população predominantemente rural para a urbana, da abertura de frentes pioneiras nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, com a utilização de tecnologias avançadas no campo (máquinas, insumos, pesquisas que conseguem inverter as condições inóspitas de algumas extensões de terra), fatos acompanhados de graves problemas sociais, como conflitos de terra, ampliação das disparidades sociais, degradação ambiental (Abreu, 2001).

Por meio desta sucinta passagem pela história brasileira, enfocamos alguns importantes aspectos que contribuem para a concepção de urbanização como um processo, o qual se organiza no território (aqui incluída a sociedade), abrangendo toda a complexidade das relações sociais com o espaço. Do mesmo modo, *urbano* e *cidade* (entendidos no contexto da urbanização) não são apenas conceitos que se restringem aos “limites administrativos”, pois estes não refletem a realidade tecnológica e social (Scherer, 1995: 23-24). Portanto:

A urbanização é um processo que apresenta características peculiares: 1- historicamente resultou do ápice das possibilidades de adaptação humana em termos de população, meio, tecnologia e especialmente de organização social; 2- só pode ser entendida em termos globais, isto é, a partir da rede urbana internacional que estrutura de modo assimétrico, variado e cambiante, núcleos e redes, áreas rurais e áreas urbanas, obedecendo a lógicas estabelecidas em função dos processos de mando subjacentes à divisão internacional do trabalho em cada conjuntura histórica e obedecendo à lógica e aos limites dos diferentes modos de produção (Scherer apud Scherer, 1995: 11).

[...] sobre urbanização partindo de sua caracterização como processo social, por um lado estávamos partindo do conceito de social como abrangente, isto é, incluindo o político, econômico, ideológico etc. e, por outro, vendo no espaço a atualização deste processo (*op. cit. pg. 21*).

Para se compreender o processo de urbanização deve-se considerá-lo em sua totalidade, inclusive entendendo seus espaços rurais e, pela peculiaridade do caso mato-grossense, não se acredita que apenas considerando os pontos (núcleos urbanos) e suas ligações, conseguiria-se uma leitura real. Desta maneira, em uma análise regional, deve-se considerar os interstícios desta rede - no caso, os espaços rurais, pois se torna possível verificar as interferências destes no espaço urbano.

Considerações Finais

Desde o início do percurso para o entendimento da Rede Urbana Mato-grossense percebe-se que este deve abordar certas questões, destacando-se o processo de urbanização, aqui entendido como um processo social refletido no espaço e que, devido às particularidades de ocupação do espaço de Mato Grosso, especialmente a partir da década de 1970, para uma melhor compreensão, também deve ser analisado a partir das relações entre o espaço urbano e o espaço rural.

Deste modo, faz-se necessário evitar os equívocos no estudo do processo de urbanização, muitas vezes combinados com os processos quantitativos adotados pelos Órgãos oficiais e pela ausência de reflexões mais qualitativas. Inúmeras questões estão em curso em Mato Grosso e a tentativa de entendê-las para se poder atuar no território exige uma reflexão sobre seu processo de urbanização, pelo entendimento, dentre as muitas relações possíveis, das existentes entre suas cidades, mesmo que pequenas, – representando o espaço urbano – e o seu espaço rural.

Nesta ordem, o processo de urbanização de Mato Grosso está em pauta, podendo ser lido através da relação entre espaço urbano e rural, considerando as mudanças ocorridas nas características seculares deste último, transformações que também se refletem no urbano. Portanto, considerar conceitos rígidos não permitiria entender a dinâmica do processo de urbanização que acontece no estado de Mato Grosso, o qual deve ser visto e revisto à luz de suas peculiaridades locais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. Planejamento Governamental: A SUDECO no Espaço Mato-grossense. Contexto, Propósitos e Contradições. 2001. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

ARRUDA, Zuleica Alves; RODRIGUES, Arlete Moysés. “Cidades Novas”: da Expansão da Fronteira Agrícola ao Agronegócio – Novas Tendências no espaço norte-matogrossense. In: CONGRESSO: “Setenta Anos da AGB: As Transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI. CD-ROOM Evento: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. UFG, Goiânia-GO, jul.2004.

BAGLI, Priscilla. Campo e Cidade: A Construção dos Mitos. In: CONGRESSO: “Setenta Anos da AGB: As Transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI. CD-ROOM Evento: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. UFG, Goiânia-GO, jul.2004.

BLUME, Roni. Os fundamentos Legais e os equívocos induzidos pela Delimitação Normativa Brasileira: a discussão das fronteiras do rural e do urbano. In: CONGRESSO: “Setenta Anos da AGB: As Transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI. CD-ROOM Evento: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. UFG, Goiânia-GO, jul.2004.

CARLO, Ana Fani Alessandri. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?” In: CARLO, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTILHO, Francisco José Vigeta; FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. O “Novo Rural” e o “Novo Urbano”: As Transformações do Espaço Norte-Paranaense”. In: CONGRESSO: “Setenta Anos da AGB: As Transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI. CD-ROOM Evento: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. UFG, Goiânia-GO, jul.2004.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *EURE* (Santiago). [online]. set.2000, vol.26, nº 78 [citado 10 Agosto 2004], p. 123-120. Disponível: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006&lng=es&nrm=isso>. ISSN 0250-7161.

GONÇALVES, Francisco Ednardo; COSTA, Ademir Araújo. Para Entender as Cidades Pequenas: Contribuições para o Debate. In: CONGRESSO: “Setenta Anos da AGB: As Transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI. CD-ROOM Evento: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. UFG, Goiânia-GO, jul.2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: AGB. Geografia, movimentos sociais e teoria. São Paulo: Terra Livre, 2002 p. 95-112.

MEDRANO, Ricardo Hernán. Notas Preparadas pelo Arquiteto Ricardo Hernán Medrano: Resumos das aulas do Prof. Nestor Goulart Reis Filho na disciplina AUH 237 – Urbanização e Urbanismo no Brasil – I. Cadernos LAP. Nº 19, Série Urbanização e Urbanismo. São Paulo. FAU/USP, 1997.

PIRAS, Danielle Schimaneski; SILVA, Guilherme Sobreira Furtado. Reprodução e Controle Político dos Espaços Produtivos em Sapezal. In: CONGRESSO: “Setenta Anos da AGB: As Transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI. CD-ROOM Evento: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. UFG, Goiânia-GO, jul.2004.

SCHERER, Rebeca. Notas sobre Planejamento e Método. Cadernos LAP. Nº 10, Série Urbanização e Urbanismo. São Paulo. FAU/USP, 1996.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SOUZA, José Luiz Amado de Menezes e. Algumas Noções sobre o Rural In: CONGRESSO: “Setenta Anos da AGB: As Transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI. CD-ROOM Evento: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. UFG, Goiânia-GO, jul.2004.

SOUZA, Suzethe Costa; BONFANTI, Gilmar. Urbanização do Campo e as Transformações do Espaço ao Longo da BR-163 nos Municípios de Sorriso, Vera e SINOP. In: CONGRESSO: “Setenta Anos da AGB: As Transformações do Espaço e a Geografia no Século XXI. CD-ROOM Evento: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. UFG, Goiânia-GO, jul.2004.

VEIGA, José Ely da. Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

